ESTADO DE MINAS

Publicado em 12/07/2024 - 05:55

PF: Abin de ramagem espionou desafetos do clã Bolsonaro

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO - 26/10/21

OS SENADORES RANDOLFE RODRIGUES, OMAR AZIZ E RENAN CALHEIROS DURANTE A CPI DA COVID: OS TRÊS FORAM ALVOS DA "ABIN PARALELA", DE ACORDO COM AS INVESTIGAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL

POLÍCIA FEDERAL

ABIN ESPIONOU MINISTROS DO STF, POLÍTICOS E JORNALISTAS, DIZ PF

Investigações indicam que agência teria sido usada, sob o comando de Alexandre Ramagem, para criar "desinformação" e beneficiar Jair Bolsonaro e seus filhos

Brasília – Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), deputados, senadores, servidores públicos, jornalistas e adversários políticos de Jair Bolsonaro e de seus familiares foram espionados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão do ex-presidente. É o que indicam as investigações da Polícia Federal, que deflagrou ontem a quarta fase da Operação Última Milha – que, desde 2023, investiga o possível uso ilegal de sistemas da chamada "Abin paralela" e que teve o sigilo retirado pelo ministro Alexandre de Moraes. Foram cumpridos cinco mandados de prisão e sete de busca em Brasília, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e São Paulo contra agentes que trabalhavam diretamente com Alexandre Ramagem, que foi diretor-geral da Abin na gestão Bolsonaro e hoje é deputado federal e pré-candidato do PL à prefeitura do Rio de Janeiro. Ele é ligado ao vereador Carlos Bolsonaro (PL), que também é investigado.

Foram presos por agentes federais Mateus de Carvalho Sposito, Richards Dyer Pozzer, Rogério Beraldo de Almeida, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues. Os mandados de busca e apreensão foram contra José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos. Segundo a PF, a "Abin paralela" monitorou os ministros do STF Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux; o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-MG); o deputado Kim Kataguri (União Brasil-SP); os ex-deputados Rodrigo Maia, Joice Hasselmann e Jean Wyllis; os senadores: Alessandro Vieira (MDB-SE), Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP); o ex-governador de São Paulo João Doria; os servidores do Ibama Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges; os auditores da Receita Federal Christiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homem da Silva e José Pereira de Barros Neto; as jornalistas Monica Bergamo, Vera Magalhães e Luiza Alves Bandeira e o jornalista Pedro Cesar Batista. Foram criados perfis falsos para divulgação de fake news sobre essas pessoas espionadas, de acordo com as investigações.

"A organização criminosa acessou ilegalmente computadores, aparelhos de telefonia e infraestrutura de telecomunicações para monitorar pessoas e agentes públicos", diz a PF. Se as condutas forem confirmadas, os investigados podem ser indiciados pela Polícia Federal e, em seguida, denunciados à Justiça por organização criminosa; tentativa de abolição do Estado democrático de direito; interceptação clandestina de comunicações; invasão de dispositivo informático alheio.

FAMILIARES

Diálogos entre Giancarlo Rodrigues e Marcelo Bormevet indicaram "possíveis ações clandestinas" contra Alexandre de Moraes (uma das mensagens citam até um tiro na cabeça do ministro) e Luís Roberto Barroso, com o objetivo de levantar suspeitas sobre a credibilidade do sistema eleitoral. No relatório que teve o sigilo retirado, a Polícia Federal aponta também que houve "instrumentalização" da Abin para monitorar pessoas relacionadas às investigações que envolvem familiares de Jair Bolsonaro. É o caso de uma investigação sobre Jair Renan Bolsonaro – o filho 04 do ex-presidente, na qual ocorreu monitoramento de Allan Lucena, ex-sócio de Jair Renan, e Luís Felipe Belmonte. Os investigadores destacam também que Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues tentaram "achar podres" de auditores da Receita Federal responsáveis pela elaboração de relatórios de inteligência financeira sobre o senador Flávio Bolsonaro, o filho 01 do ex-presidente. De acordo com a PF, foi possível identificar atuação de Alexandre Ramagem para abrir procedimento administrativo contra auditores da Receita Federal, a fim de anular a investigação contra Flávio e retirar os servidores de seus cargos.

CPI DA COVID

O relatório da PF sustenta ainda que a Abin teria sido utilizada clandestinamente contra o senador Alessandro Vieira, que participava da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID do Senado. O colegiado apurou possíveis irregularidades praticadas pelo governo Bolsonaro na condução da pandemia. No fim dos trabalhos, a comissão propôs o indiciamento do ex-presidente, de ex-ministros e de pessoas ligadas a Jair Bolsonaro. Alessandro Vieira apresentou requerimento para que Carlos Bolsonaro prestasse esclarecimentos à CPI e para que fossem quebrados os sigilos bancário, fiscal, telefônico e de mensagens do vereador do Rio de Janeiro. Nesse contexto, Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues teriam atuado para produzir "desinformação" sobre Alessandro Vieira.

►►►

A PF destaca o seguinte diálogo entre Giancarlo e Bormevet: Giancarlo: "Senador Alessandro Vieira que está na CPI". Bormevet: "Somente lixos. Vamos difundir isto. Pede pra marcar o CB (Carlos Bolsonaro)". Giancarlo: "Já estou municiando o pessoal". O relatório aponta que a difusão de fake news ocorria com "marcação" de integrante do núcleo político do esquema ilegal, no caso, Carlos Bolsonaro, que seria um dos responsáveis pelo chamado "gabinete do ódio" no Palácio do Planalto para atacar desafetos e adversários de Jair Bolsonaro, de familiares e de seu governo.

Em outubro de 2023, a PF também fez buscas e afastou ex-diretores da Abin que atuavam na agência durante a gestão do ex-diretor Alexandre Ramagem. Naquele momento, também foram presos dois servidores que, por terem conhecimento do suposto esquema, teriam coagido colegas para evitar possível demissão: Rodrigo Colli e Eduardo Arthur Yzycky. Bormevet é policial federal, foi segurança de Jair Bolsonaro na campanha de 2018 e depois nomeado por Ramagem para comandar o Centro de Inteligência Nacional (CIN). Já o militar Giancarlo Rodrigues era subordinado a Bormevet na Abin. O CIN foi criado por um decreto de Bolsonaro, assinado em julho de 2020, com novas estruturas dentro do organograma da Abin, à época chefiada por Ramagem.

CONTROLE

A justificativa para criação do CIN foi planejar e executar "atividades de inteligência" destinadas "ao enfrentamento de ameaças à segurança e à estabilidade do Estado" e assessorar órgãos competentes sobre "atividades e políticas de segurança pública e à identificação de ameaças decorrentes de atividades criminosa". Servidores da agência e policiais federais próximos de Ramagem e da família Bolsonaro foram colocados em cargos de chefia na nova estrutura, o que fez com que o CIN fosse apelidado de "Abin paralela". O centro foi desmontado pela reestruturação promovida pela atual direção da Abin, já no governo Lula (PT), após a operação da PF que mirou o software espião.

O FirstMile foi utilizado pela Abin entre 2019 e 2021. Ele foi adquirido e ficava "hospedado" em computadores da Diretoria de Operações de Inteligência, mas depoimentos de servidores e documentos de apurações internas da Abin mostram o uso por solicitação de pessoas ligadas ao CIN. O software de monitoramento foi produzido pela empresa israelense Cognyte, antiga Suntech/Grupo Verint. O FirstMile foi adquirido pela Abin ainda no governo de Michel Temer (MDB) por R$ 5,7 milhões. Em decisão de janeiro deste ano sobre um servidor que foi alvo de busca pela PF, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que ele era "o responsável pela fiscalização contratual do sistema FirstMile e, mesmo transferido de setor, continuou a realizar consultas pelo Centro de Inteligência Nacional." "O servidor, ainda, tinha plena ciência da característica intrusiva da ferramenta que questionou, na condição de fiscal do contrato, o fato de a empresa fornecedora ter perdido a eficácia em relação a operadora Tim", dizia a decisão. Ramagem negou irregularidades e afirmou, por meio de sua assessoria, que o "departamento de operações, composto exclusivamente de servidores de carreira da Abin, era o único responsável pela gestão, senhas e execução do sistema".

ALEXANDRE RAMAGEM COM JAIR BOLSONARO: O ATUAL DEPUTADO COMANDOU A "ABIN PARALELA" NA GESTÃO DO EX-PRESIDENTE, SEGUNDO A PF

"A organização criminosa acessou ilegalmente computadores, aparelhos de telefonia e infraestrutura de telecomunicações para monitorar pessoas e agentes públicos"

Trecho do relatório da Polícia Federal

ÁUDIO

A PF encontrou um áudio "possivelmente gravado" de conversa de Alexandre Ramagem com o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, sobre o caso das "rachadinhas" de Flávio Bolsonaro. Na conversa, os dois, além de "possivelmente" a advogada de Flávio, segundo a PF, tratam de supostas irregularidades cometidas pelos auditores da Receita na confecção do relatório de inteligência fiscal que deu origem à investigação. Eles seriam responsáveis pelo relatório que deu origem à investigação que apurava o desvio de parte dos salários dos funcionários da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em nota divulgada por sua assessoria de imprensa, Flávio afirmou: "Não existia nenhuma relação minha com Abin. Minha defesa atacava questões processuais, portanto, nenhuma utilidade que a Abin pudesse ter. A divulgação desse tipo de documento, às vésperas das eleições, apenas tem o objetivo de prejudicar a candidatura de Alexandre Ramagem à prefeitura do Rio de Janeiro".

A PF sustenta também que o questionamento das urnas eletrônicas era alvo reiterado nas "ações de desinteligência", principalmente ao tentar criar informações inverídicas sobre ministros do STF. Os movimentos teriam sido feitos pelo policial federal Marcelo Araújo Bormevet e pelo militar Giancarlo Gomes Rodrigues.

PARLAMENTARES

Parlamentares que teriam sido espionados compararam a chamada "Abin aralela" à polícia secreta nazista Gestapo e a práticas ditatoriais. O líder do governo Lula no Congresso, senador Randolfe Rodrigues afirmou a jornalistas que a investigação mostra uma "sintonia fina" da estrutura encontrada com o "gabinete do ódio" que buscava descredibilizar desafetos na gestão bolsonarista. "Primeiro, espero que ele se defenda. Os autos das investigações que são liberados dão conta da atuação pessoal do deputado, do papel dele controlando, inclusive, as espionagens, as bisbilhotagens contra os membros da oposição ao regime", disse. "O que nos resta patente é que o senhor deputado, lamentavelmente, se comprovado, atuou como um verdadeiro chefe da Gestapo do regime anterior", completou.

Renan Calheiros também se manifestou. "Como democrata, lamento e repudio que estruturas do Estado tenham sido criminosamente capturadas para atuar como polícias políticas, com métodos da Gestapo, um pântano repugnante e sem fim. Sigo confiante nas instituições, na apuração, denúncia e julgamento dos culpados", disse. Já Omar Aziz, que presidiu a CPI da COVID, afirmou em nota que teve a vida devassada, foi acusado e atacado, mas permaneceu de pé contra seus detratores: "Foram quatro anos de perseguição, averiguação e análise da minha vida sem nada encontrarem. Porque não devo nada". O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que também participou ativamente da CPI, afirmou que a investigação da PF mostra atuação típica de governos ditatoriais e que havia "bandidos alojados no poder no governo passado".

A comparação com uma ditadura também foi feita pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, um dos principais desafetos de Bolsonaro. "Espionagem utilizando o aparato estatal a pessoas consideradas adversárias do antigo presidente é comportamento de governo totalitário e criminoso, típico das piores ditaduras. Assusta imaginar que Alexandre Ramagem, então servidor público, hoje deputado federal, comandou um esquema de monitoramento de pessoas. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.